

cescontexto

"Diferentes formas de dizer não"

Expressões de conflitos ambientais de mineração
e petróleo em Portugal e na América do Sul

Organização

Adriana Bravin

Lúcia Fernandes

Edição

Sara Rocha

Nº 17

Maio, 2017

Debates

www.ces.uc.pt/cescontexto



Propriedade e Edição/Property and Edition

Centro de Estudos Sociais/Centre for Social Studies

Laboratório Associado/Associate Laboratory

Universidade de Coimbra/University of Coimbra

www.ces.uc.pt

Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087

3000-995 Coimbra - Portugal

E-mail: cescontexto@ces.uc.pt

Tel: +351 239 855573 Fax: +351 239 855589

Comissão Editorial/Editorial Board

Coordenação Geral/General Coordination: Sílvia Portugal

Coordenação Debates/Debates Collection Coordination: Ana Raquel Matos

ISSN 2192-908X

Agradecimentos

Queremos prestar os nossos agradecimentos a todos aqueles e aquelas que permitiram a concretização desta publicação e a realização do Seminário e Fórum público “Diferentes formas de dizer não: conflitos da mineração”.

Agradecemos a toda a equipa do Centro de Estudos Sociais, em particular, aos gabinetes de Eventos Comunicação e Imagem (GECI), de Tecnologias de Informação (GTI) e Gabinete Financeiro (GF) pelo apoio fundamental que prestaram.

Ao ENTITLE - Rede Europeia de Investigação de Ecologia Política, pelo apoio financeiro para a realização do evento.

À Stefania Barca e à Oficina de Ecologia e Sociedade, grupo de trabalho informal no CES, um lugar partilhado entre investigadores/as e estudantes do CES e da UC e ativistas ecologistas da região de Coimbra.

À Sofia Bento, do Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (SOCIOUS, Universidade de Lisboa) e ao Francisco Bernardes, do Centro de Tecnologia Mineral (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Brasil), investigadores no projeto exploratório Ambiente em Movimento, que tem como um dos enfoques os conflitos da mineração em Portugal.

À Ana Raquel Matos, investigadora do CES, pela coorganização do evento junto com as autoras desta publicação.

À Sara Rocha, mestranda da Universidade de Coimbra, pelo apoio na edição do número, nomeadamente, pelos comentários, por todo o trabalho de revisão dos textos e de formatação do documento e pela colaboração, em parceria, enquanto membro da Associação Coimbra em Transição, na organização de outros eventos no âmbito desta publicação.

À Adelaide Chichorro, professora auxiliar do Grupo de Estudos Germanísticos da Universidade de Coimbra, pelo apoio na revisão inicial de alguns dos textos.

À Julianna Malerba que generosamente “nos emprestou” o título do livro por ela organizado para batizar o evento que resultou na presente publicação. O livro “Diferentes Formas de Dizer Não - Experiências internacionais de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral”¹ foi publicado pela Organização Não-Governamental FASE, no Brasil, em dezembro de 2014.

Às pessoas que se disponibilizaram a participar com seus testemunhos e comunicações e partilhar as suas experiências e os seus trabalhos de investigação.

Agradecemos a adesão do público em geral ao evento e às iniciativas associadas que originaram esta publicação.

¹ Obra disponível em: <http://fase.org.br/pt/acervo/biblioteca/9420/>

Índice

Adriana Bravin e Lúcia Fernandes

Apresentação..... 5

I - Conflitos ambientais e a voz dos movimentos de luta contra a mineração e o petróleo em Portugal

Lúcia Fernandes

Mapear *diferentes formas de dizer não*: notas sobre a co-construção do conhecimento dos conflitos ambientais em Portugal..... 12

Associação Ambiente em Zonas Uraníferas

A AZU e a recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas em Portugal 25

António Minhoto

O caso das minas da Urgeiriça e a luta dos ex-trabalhadores da ENU 30

José Janela

Contra a exploração do urânio em Nisa: uma luta vitoriosa..... 34

Stephen Hugman, Dieter Malter, Mathilde Mira

Monchique diz não à mineração. “Salve Monchique de mãos gananciosas” 38

José Miguel Oliveira e Fátima Pinhão

A luta contra a ameaça de exploração de caulino em Bonitos (Soure)..... 46

Maria Teresa Aça de Matos

A formação da PALP no contexto da luta contra a exploração de petróleo no Algarve 56

II - Enquadramento e resistências das comunidades na América do Sul

Fabián Cevallos Vivar

Luchas territoriales: ecología política y comunidades en movimiento frente al Estado neo-extractivo..... 66

Rajiv Maher

Mineração no Brasil e no Chile: “responsabilidade social corporativa” ou “diálogo” para silenciar? 76

Adriana Bravin

Onde tem minério, tem água: o desastre tecnológico da Samarco (Brasil) e os conflitos da mineração além dos limites da comunidade 81

Verónica María Yuquilema Yupangui

Construyendo caminos de resistencia, de lucha y de vida: Desde Intag hasta Tundayme 94

Apresentação

Os conflitos ambientais abordam lutas sociais pela significação do território, pelos diferentes modos de apropriação e uso dos recursos naturais, mas principalmente falam do seu tempo. É nos contextos político, histórico e económico em que emergem e se desenvolvem que podem ser compreendidos. Tais fenómenos constituem-se como processos de oposição, de resistência e mobilização coletiva, suscitados por situações de efetivo ou potencial dano ambiental, social e à saúde (contaminação ambiental, perda de biodiversidade ou outros bens naturais, perda de qualidade de vida e autonomia local, valoração simbólica e material da natureza, entre outros) e também pela discordância com os modelos de desenvolvimento vigentes.

De uma forma geral, os casos de conflito ambiental de que se tem conhecimento até ao momento são motivados pelo funcionamento e/ou pela tentativa de implementação de atividades económicas diversas (agricultura, produção de energia, indústrias, mineração, resíduos, megaprojetos, gestão do território, etc.). Como pontuam Zhouri *et al.*, os conflitos falam de relações assimétricas e não de iguais condições de negociação, uma vez que as posições ocupadas pelos agentes envolvidos “em função de uma distribuição desigual dos capitais económico, político e simbólico, lhes define o poder de ação e enunciação” (2016: 37).

Neste sentido, este número da Cescontexto dedica-se a dar voz àqueles e àquelas que, situados/as em diferentes lugares – na academia, nas ONGs, nos movimentos sociais e nas instituições locais – posicionam-se contrários às velhas e novas práticas económicas extrativistas que avançam sobre os territórios, como a mineração de ferro na América do Sul, ou que renascem na Europa, como a exploração de urânio, feldspato, caulino, ouro e petróleo, em Portugal. Os textos aqui apresentados resultam das comunicações feitas durante o Seminário e Fórum público “Diferentes formas de dizer não: conflitos da mineração”, realizado a 2 de fevereiro de 2016, no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, e que mobilizou cidadãos e cidadãs, investigadores/as, ativistas, membros de associações, movimentos e diferentes plataformas portuguesas.¹

Ressalta-se que esta publicação faz parte do percurso de reflexão da Oficina de Ecologia e Sociedade/CES, que tem como antecedentes os números temáticos 17, da revista e-cadernos CES: “Desigualdades ambientais. Conflitos, discursos, movimentos”, coorganizado por Lúcia Fernandes e Stefania Barca; e 100, da Revista Crítica de Ciências Sociais: “Crise ecológica e novos desafios para a democracia”, coorganizado por Stefania Barca, Laura Centemeri e Giovanni Allegretti.

Seminário | Fórum público “Diferentes formas de dizer não”²

O evento teve como objetivo principal possibilitar um espaço de partilha e debate sobre as diferentes maneiras de compreender, enfrentar e resistir a projetos de carácter extrativista e dar visibilidade às alternativas construídas e apresentadas pelas comunidades às atividades de exploração mineral em Portugal, no Brasil, no Chile e no Peru.

As intervenções e o debate foram orientados pelas principais questões: de que forma os grupos se posicionam e como enfrentam a pressão económica, política e social subjacente aos

¹ Ver imagem do cartaz do evento no final desta apresentação.

² Seminário realizado a 2 de fevereiro de 2016, no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

modelos extrativistas considerados já esgotados? O que propõem como alternativas e como constroem essas alternativas? Quais são os processos envolvidos e as expressões que assumem as lutas contra a mineração e os diferentes modos de dizer “não” ao modelo extrativista minerador? O que podemos aprender com tais movimentos de protesto e com os seus impactos na resolução de conflitos ambientais?

Registamos, a seguir, todas as comunicações apresentadas durante o seminário. A primeira parte foi dedicada aos casos de resistência na América do Sul. A experiência das comunidades indígenas no Chile e no Peru, a forma como construíram alternativas à mineração tendo por base a autonomia e a autogestão foram apresentadas pelo investigador Rajiv Maher. O discurso em torno da “responsabilidade social e empresarial” (RSE) foi colocado em questão, sob o argumento de que, mesmo com as políticas de RSE colocadas em prática pelas empresas de mineração, as comunidades demonstraram capacidade de reação e disseram “não” à ameaça de destruição ambiental e de fragmentação dos seus territórios. Nestes casos, revelaram-se determinantes os valores indígenas desconhecidos pelas empresas. Também as contra-estratégias das empresas (muitas vezes apoiadas pelos governos) utilizadas para neutralizar as propostas alternativas, sobretudo através da cooptação e divisão das comunidades, foram discutidas.

Do Brasil, a relação entre o desastre provocado pela rutura da barragem de resíduos de minério de ferro da empresa Samarco, uma *joint-venture* das mineradoras Vale e BHP Billiton, em Mariana, no Estado de Minas Gerais, e as resistências à crescente destruição do território pela mineração de ferro naquele Estado, foram abordadas por Adriana Bravin. Apresentam-se as estratégias utilizadas pela sociedade civil para dizer “não” à mineração que ameaça as fontes de água naquela região, com particular enfoque no Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela, que há oito anos resiste à ameaça da empresa de mineração Vale sobre uma importante fonte de abastecimento de água da região metropolitana da capital Belo Horizonte.

Estas apresentações foram comentadas por Fabián Cevallos Vivar, que propôs recuperar posições éticas e políticas que ajudem não só a superação imediata do neoextrativismo (baseado na subordinação mercado-natureza), mas a levantar novas críticas ao modelo de (mau) desenvolvimento, tomando como base visões de descolonização, desmercantilização, despatriarcalização e democratização. Estas formas plurais surgem do âmbito comunitário popular e procuram transcender os limites do Estado-Nação, contrapondo a configuração das instituições pós-estatais baseadas em economias que reconheçam as formas de democracia direta, a defesa dos direitos dos povos indígenas e os direitos da natureza.

A segunda parte do evento foi dedicada aos casos de resistência em Portugal. A apresentação da investigadora do CES Coimbra, Lúcia Fernandes, abordou o trabalho de inventariação e enquadramento dos conflitos ambientais em Portugal, em curso desde agosto de 2014, pela Oficina de Ecologia e Sociedade (Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra) e o Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (SOCIOUS, Universidade de Lisboa), em colaboração com o Centro de Tecnologia Mineral (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Brasil). O trabalho baseia-se na constituição de uma comunidade alargada de investigação na qual diferentes atores compartilham e constroem conhecimento sobre as ameaças das várias atividades económicas, entre elas a extrativista, procurando construir alternativas.

Ana Raquel Matos³ apresentou uma análise dos principais casos de conflito sobre mineração identificados em Portugal nas últimas décadas, dando especial visibilidade à relação entre ambiente, saúde e cidadania. Apresentou um mapeamento cronológico e territorial dos principais conflitos identificados sobre mineração, dando especial atenção: às particularidades de cada caso; às razões geradoras de cada conflito; aos principais atores que se opõem; aos diferentes argumentos que avançam e aos repertórios de ação e técnicas de protesto usados em cada contexto, avaliando os seus potenciais impactos na resolução desses conflitos. Foram destacadas as lutas desencadeadas tanto pelas populações afetadas, como por associações ou movimentos de protesto criados ou fortalecidos nas localidades onde se concretizaram, ou se planeavam concretizar, projetos de exploração mineral.

Os comentários desta parte do evento ficaram a cargo de Verónica María Yuquilema Yupangui, que destacou a importância dos processos de resistência contra atividades extrativistas. Abordou iniciativas nascidas de organizações indígenas e camponesas no Equador, em contraponto ao modelo dominante de desenvolvimento de carácter extrativista, eurocêntrico e antropocêntrico. As experiências partilhadas tiveram a sua génese em dois processos de resistência concretos: o da população de Tundayme, na província de Zamora Chinchipe, que empreendeu um processo *sui generis* de autodeterminação como povo indígena; e o caso da população camponesa da Zona de Intag, na província de Imbabura, que durante quase duas décadas resistiu ao projeto de minerador Llurimagua. No seu caminho de defesa, esta população promoveu projetos de produção agrícola, de turismo e desenvolvimento sustentável para combater as políticas desenvolvimentistas que lhes eram impostas.

De seguida, os casos de conflitos ambientais envolvendo a mineração e exploração de petróleo, em Portugal, foram apresentados pela voz de ativistas, movimentos, cidadãs e cidadãos que se têm mobilizado contra a exploração de urânio, feldspato, caulino, ouro e petróleo.

A Associação Ambiente em Zonas Uraníferas (AZU) foi representada pela engenheira do ambiente Joana Travessas que, através de um enquadramento histórico desde o ano 2000, apresentou a evolução positiva do processo de requalificação de que as minas têm tido alvo ao longo dos últimos anos, com a requalificação ambiental a cargo do Estado português, através da Empresa de Desenvolvimento Mineiro, após inúmeras reivindicações feitas por esta associação. Abordou ainda os casos de minas onde ainda não houve qualquer intervenção estatal, as quais constituem problemas ambientais graves, apesar do prazo determinado para a requalificação das 61 minas de urânio ter terminado no ano de 2013. A AZU mantém o acompanhamento dos trabalhos de requalificação junto desta entidade, alertando para a existência de situações potencialmente perigosas.

Esteve também representada a Associação dos Ex-Trabalhadores das Minas de Urânio (ATMU) que, pela voz de António Minhoto, antigo trabalhador das Minas da Urgeiriça e atual presidente da ATMU, reforçou os esforços e as conquistas levadas a cabo nos últimos anos na luta pela efetivação das indemnizações às famílias dos trabalhadores que morreram em consequência da exposição à radioatividade no trabalho nas minas. Elencou também todo o trabalho que está ainda por fazer.

A aprendizagem, a partir da herança ambiental e laboral das minas de urânio na Região Centro, fortaleceu o Movimento Urânio em Nisa Não (MUNN), criado em 2007. Neste contexto, José Janela relatou que naquele ano diversas empresas canadianas sondaram a

³ Esta apresentação não consta no elenco de textos da presente publicação.

Câmara Municipal de Nisa para começar a extrair urânio por um período de seis a oito anos. Em junho de 2007, um grupo de quatro cidadãos, preocupados com as consequências dessa atividade para o meio ambiente e a saúde da população, contactou a Quercus. Essa diligência motivou o grupo a promover um debate a 4 de julho de 2007 e, como consequência, foi criado um movimento cívico contra a exploração de urânio em Nisa que tem realizado ações diversas como, por exemplo, em 2008, uma tribuna cívica seguida de uma grande marcha. A organização do movimento local e as ações desenvolvidas têm impedido a exploração de urânio em Nisa até aos dias de hoje.

O caso de Évora foi apresentado por Helena Figueiredo,⁴ que deu conta da forma como a população e ativistas se mobilizaram contra a abertura de uma mina de ouro para exploração a céu aberto, por um período de cinco anos, na localidade de Boa Fé, em plena Serra de Monfurado, uma área classificada como sítio Rede Natura 2000. A mina da canadiana *Colt Resources* (por intermédio de uma empresa portuguesa) implicaria o abate de seis mil sobreiros e azinheiras, ocupando cerca de 100 hectares com a construção de duas cortas de cerca de 100 metros de profundidade em sete hectares cada, duas escombrelas e uma barragem de resíduos, a qual ocuparia 32 hectares onde seriam depositadas 10 mil toneladas de metais pesados. Os ativistas e moradores da localidade de Boa Fé conseguiram, através de uma intervenção pública sistemática junto dos serviços oficiais, demonstrar que o projeto apresenta elevados riscos ambientais. O projeto põe em causa a saúde pública, a sustentabilidade das atividades económicas locais desenvolvidas e o modo de vida da população, além de se constituir como uma ameaça para os recursos hídricos da serra, cujas linhas de água confluem na bacia do Sado, bem como para várias espécies protegidas. Com a sua ação conseguiram que a Assembleia Municipal de Évora se tenha declarado unanimemente contra o projeto, rejeitando a declaração de interesse municipal, o primeiro passo que impede que a exploração venha a ser concretizada.

Em nome da Comissão de Luta contra o Caulino, em Bonitos, Soure, José Miguel Oliveira deu a conhecer a área solicitada para concessão da exploração à Direção-Geral de Energia e Geologia e contra a qual se pronunciaram, unanimemente, o Executivo da Câmara Municipal de Soure e respetiva Assembleia Municipal, a Junta de Freguesia de Soure e a Associação de Defesa do Património Natural e Cultural de Soure. Em diversas reuniões, também as populações se pronunciaram contra o que todos consideram ser uma ameaça à qualidade de vida e ao ambiente na região, dadas as consequências previstas como: poeiras, ruídos, diminuição da mancha florestal e contaminação de águas e terrenos agrícolas. Fátima Pinhão, em nome da mesma Comissão, referiu todas as ações desenvolvidas, nomeadamente uma petição (discutida e votada na Assembleia da República) e reuniões com Grupos Parlamentares, entre outras. A luta destas populações ainda não acabou, mas já dura há dois anos sem que se registem avanços da atividade mineira aí projetada.

Dieter Malter, membro da Associação Ambiental “A Nossa Terra”, apresentou as ações de mobilização local contra a exploração de feldspato em Corte Grande e Carapitotas, uma área da Rede Ecológica Nacional e Rede Natura 2000, em Monchique, no Algarve. Em 1996, empresas alemãs e norte-americanas manifestaram interesse em iniciar a exploração de feldspato em Monchique, não tendo obtido sucesso, pois na ocasião o presidente da Câmara mostrou-se contra o projeto. Nesse ano foi fundada a associação “A Nossa Terra”, que tem vindo a denunciar também a extração ilegal de pedras a serem utilizadas na construção civil e os impactos da suinicultura na localidade.

⁴ Esta apresentação não consta no elenco de textos da presente publicação.

As representantes da Plataforma Algarve Livre de Petróleo (PALP), Francisca Viegas, Rosa Guedes e Sara Nan Keller, fizeram a sua intervenção via *skype*. Apresentaram informação sobre os vários contratos para prospeção e exploração de petróleo e gás natural já formalizados, referindo que foram feitas sondagens para estudo e que algumas perfurações estão a ser preparadas. A PALP, formalizada em 2015, defende que a exploração de petróleo e gás no Algarve, e em qualquer parte de Portugal, representa uma ameaça ao ambiente, à biodiversidade e à economia das respetivas regiões, argumentando que, no caso do Algarve, o turismo, enquanto principal motor económico da região, seria fortemente afetado.

Adriana Bravin e Lúcia Fernandes

Referência bibliográfica

Zhour, Andréa; Valencio, Norma; Oliveira, Raquel; Zucarelli, Marcos; Laschefski; Santos, Ana Flávia (2016), “O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social”, *Ciência e Cultura*, 68 (3), 36-40, consultada a 30.08.2017, disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v68n3/v68n3a12.pdf>.